

Ata nº 122 / XIII / 3.ª SL

Aos dezassete dias do mês de abril de 2018, pelas quinze horas, reuniu a Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Estrangeiras, na sala 7 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta Ata, com a seguinte,

Ordem do Dia (OD):

1. Informações gerais

2. Audição do Embaixador de Portugal em Caracas, Carlos Sousa Amaro - 15h00

3. Apreciação e votação da [Proposta de Resolução n.º 68/XIII/3.ª](#) - Aprova o Protocolo que altera a Convenção entre o Governo da República Portuguesa e o Governo da República da Índia para evitar a dupla tributação e prevenir a evasão fiscal em matéria de impostos sobre o rendimento (assinada em Lisboa, em 11 de setembro de 1998), assinado em Lisboa, a 24 de junho de 2017.

- **Deputado autor do parecer:** Carlos Páscoa – PSD

4. Distribuição e nomeação do autor do Parecer do Relatório Portugal na União Europeia – 2017:

- **Deputado Relator:** PS

5. Aprovação de ata

- Ata n.º 112/XIII, de 28 de fevereiro de 2018.

6. Outros assuntos.

Iniciados os trabalhos, dirigidos pelo Senhor Presidente da Mesa, **Deputado Sérgio Sousa Pinto**, começou este por dar as boas-vindas aos membros da Comissão. Tendo visto unanimemente aceite a sua sugestão para que a sessão se iniciasse com a audição do Senhor Embaixador de Portugal na Venezuela, deu igualmente as boas vindas ao mesmo e agradeceu a sua presença e disponibilidade. De seguida, lembrou a metodologia adotada

para a audição, sublinhando, em particular, a existência de uma das partes da audição __ a subsequente à intervenção inicial do Senhor Embaixador __, a decorrer de forma reservada. De seguida, concedeu a palavra ao convidado para sua intervenção inicial.

Começou o Senhor **Embaixador** por agradecer o interesse e a oportunidade de poder corresponder presencialmente a esta audição, tendo começado por lembrar que ocupa o cargo há apenas seis meses. Segundo afirmou, o governo venezuelano deixou de produzir dados estatísticos, pelo que a recolha de indicadores depende das instituições internacionais. Não obstante avançou com alguns dados objetivos: a inflação mensal cifra-se nos 81%; a anual, em 2017, foi de 6,147% (FMI) e 8,8% (Assembleia Nacional), consoante a fonte; o crescimento económico foi negativo em -13%; a indústria está a produzir a 24% das suas possibilidades, sendo que 35% do parque respetivo se encontra à beira do encerramento. Os principais recursos são o petróleo, ouro, diamantes, ferro e a agricultura que produz três colheitas anuais. Relativamente ao petróleo, lembrou que o país tem potencial para produzir seis mil milhões de barris/ano, tendo-se ficado, em 2017, pelos 2 mil milhões, sendo conhecido o roubo frequente de material dedicado à extração do produto. O salário mínimo praticado na Venezuela apenas chega para comprar uma dúzia de ovos. Paralelamente, frisou, ainda, existir racionamento de água e eletricidade em determinadas zonas de Caracas e em muitas províncias. Além de existir nos hospitais 90% de carência de medicamentos. Encerrou este quadro local com uma referência ao facto de um passaporte venezuelano custar cerca de mil dólares, explicando ser uma forma de desincentivar o abandono do país.

Passando ao relacionamento bilateral, o Senhor Embaixador começou por assinalar a presença na Venezuela, por duas vezes, do Senhor Secretário de Estado das Comunidades Portuguesas, bem como do Senhor Deputado José Cesário, numa, bem recentemente. A presença daquele governante permitiu, além do mais, a assinatura de diversos acordos para pagamento de dívidas a empresas portuguesas. E sublinhou a criação de um canal direto de contacto entre o Vice-Ministro para a Europa e o Embaixador de Portugal, permitindo um maior grau de aproximação, com efeitos muito positivos para a comunidade portuguesa e lusodescendente.

Relativamente à situação da comunidade portuguesa, existe, de facto, uma diferença de tratamento, para melhor, face às comunidades de países terceiros, muito pelo prestígio e perseverança desde sempre evidenciados. Tem-se verificado que os empresários lusodescendentes colocam as suas famílias fora do país, designadamente junto à fronteira, permanecendo junto dos respetivos negócios. Até ontem à noite, segundo informou, existiam dois presos com motivação política, detentores de dupla nacionalidade, sendo que alguns

outros não querem ser identificados como estrangeiros. O Adido Social tem visitado o país, tendo já percorrido 22 dos 23 Estados do país. Todos eles, exceto o Amazonas, possuem comunidades organizadas, assim se premindo situações de carência grave. Tal levantamento permitiu a elaboração do denominado Roteiro Social.

Ao nível do auxílio externo, fez notar que as principais agências internacionais estão proibidas de entrar e permanecer na Venezuela. Entretanto, estão a ser formados professores de língua portuguesa, existindo atualmente cerca de 950 estudantes universitários de língua portuguesa, ao que acrescem mais 2200 no âmbito das atividades do Instituto Camões.

Antes de conceder a palavra aos Deputados, o Senhor **Presidente** instou os assistentes a abandonarem a sala da sessão, tendo a mesma prosseguido à porta fechada, portanto, sem transcrição substantiva na presente Ata.

Terminada a audição do Senhor Embaixador de Portugal na Venezuela, passou-se à abordagem do **Ponto 1.** da OD, tendo o Senhor **Presidente** prestado as seguintes informações:

- Relativamente à viagem projetada à Turquia, por parte de uma delegação da Comissão, deu o Senhor Presidente conta do pedido de adiamento da mesma apresentado pelo Embaixador daquele país em Lisboa, com a explicação de que o país iria antecipar o processo eleitoral interno previsto para 2019, pelo que seria preferível realizar esta deslocação num momento de maior normalidade interna. Referiu o Senhor Presidente não ter motivos para duvidar das motivações da parte turca, tendo frisado que a sua ida àquele país dependerá sempre, salvo decisão da Comissão em contrário, da deslocação de uma comitiva representativa da representação parlamentar na Comissão.

Intervieram, acerca desta matéria os Senhores Deputados:

José Cesário (PSD), para concordar com o perfil previsto para a visita, defendido pelo Presidente, até ver. Caso sobrevenham motivos para considerar existir algum tipo de tentativa de restringir a participação de quaisquer Deputados em particular, o PSD confere ao Presidente a faculdade de decidir em função das circunstâncias objetivas, tendo em consideração os interesses da Comissão e do Parlamento português.

Carla Cruz (PCP), para defender que, por princípio, todos os Grupos com assento na

Comissão devem participar nesta deslocação, mesmo que posteriormente decidam em contrário, por ser este o princípio que melhor defende a afirmação institucional da própria Assembleia da República;

Joana Lima (PS), para transmitir o entendimento de que a Comissão não deve ceder, arriscando o Presidente a uma deslocação isolada.

- Surgiu a hipótese de realizar a audição do Senhor Ministro dos Negócios Estrangeiros, referente ao requerimento do CDS-PP sobre “segurança *ciber*” em acumulação com a próxima audição regimental, prevista para 15 de maio, em vez de 2 de maio, de manhã (existe Plenário à tarde, 15h00). Foi obtida a concordância por parte dos Grupos Parlamentares do CDS/PP, PSD e PS. Caso não exista oposição, e conforme à prática vigente na Comissão, a audição de dia 15 teria duas partes, com duas grelhas distintas: a primeira parte, referente à regimental em si mesma; e a segunda, exclusivamente dedicada à questão da “segurança *ciber*”.

Submetida a votação, a proposta para cumulação, nos termos atrás sugeridos, foi unanimemente aprovada, tendo-se registado a ausência de Deputados do BE.

- Foi lembrado aos Senhores Deputados que:
 - Amanhã, dia 18, pela 14h15, a Comissão recebe, na sala 7, o Conselho para a Paz e Cooperação e o delegado em Portugal da Frente Polisário;
 - Também amanhã, após a sessão plenária, a Comissão ouvirá a Peticionária, Salomé Sebastião, no âmbito da Petição n.º 483/XIII/3.^a (“Solicita a adoção de medidas para encontrar Américo Sebastião, cidadão português, desaparecido em Moçambique”), de que é Relatora a Senhora Deputada Ângela Guerra.
- Baixou em conexão com a CNECP o Projeto de Lei n.º 819| XIII| 3 (BE) que [Altera o regime jurídico-laboral dos trabalhadores dos serviços periféricos externos do Ministério dos Negócios Estrangeiros, incluindo os trabalhadores das residências oficiais do Estado, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 47/2013, de 5 de abril.](#)

Perguntado se a Comissão se deveria formalmente pronunciar acerca desta iniciativa, houve decisão favorável unânime por parte dos Deputados presentes, tendo ficado incumbido da elaboração do respetivo Parecer o Senhor Deputado Carlos Alberto Gonçalves (PSD).

- Baixou à CNECP o **Projeto de Resolução n.º 1460/XIII do PCP** que “Propõe medidas de valorização do exercício de funções do Ensino Português no Estrangeiro”. Questionado o Grupo autor do Projeto, referiu a Senhora Deputada Carla Cruz (PCP) que o mesmo será apresentado em sede de Comissão.
- Está confirmada a reunião com a Confederação Internacional dos Sindicatos Árabes (CISA) e CGTP no dia de 24 de abril (3.ª feira), no final do Plenário que tem como hora indicativa entre as 13h00 e as 13h30, em formato de Mesa e Coordenadores aberta a todos os deputados que entendam estar presentes.

No **Ponto 3.**, foi concedida a palavra ao Senhor **Deputado Carlos Páscoa (PSD)**, a fim de apresentar o seu Parecer relativo à iniciativa em título. Começou por enquadrar tematicamente a iniciativa em causa, sublinhando o facto de se tratar da revisão de um instrumento previamente existente. Relembrou que o Governo, nas suas motivações quanto a esta medida, referia que “esta atualização encontra-se diretamente relacionada com a evolução recente do sistema fiscal nacional e as alterações da política fiscal internacional portuguesa, revestindo-se de particular importância tendo em conta a avaliação de Portugal pelo Fórum Global sobre Transparência e Troca de Informações para Efeitos Fiscais”. Além de que, “a celebração do Protocolo em apreço visa aumentar a eficácia da prevenção e do combate à evasão e à fraude fiscais internacionais, através da troca de informações, com respeito por regras de confidencialidade e de proteção de dados pessoais.” Após ter escarpado com mais pormenor o teor substantivo da medida, concluiu o Senhor Deputado opinando positivamente quanto à necessidade e oportunidade da mesma, pois reforça a cooperação bilateral no domínio tributário entre Portugal e a Índia, em consonância com as melhores práticas de transparência e troca de informação fiscal, ao passo que responde às exigências globais do mundo de hoje, assim se justificando a celebração deste tipo de Acordos. Mais considerou, reunir a presente iniciativa as condições de ser votada no Plenário da Assembleia da República.

Interveio a Senhora **Deputada Joana Lima (PS)** para felicitar o Deputado autor do parecer pelo trabalho realizado de grande relevância no contexto das relações bilaterais entre Portugal e a União Indiana e até na abordagem mais global.

Submetida a votação, o Parecer foi aprovado por unanimidade dos Deputados presentes, tendo-se registado a ausência do BE e do CDS/PP.

Passados ao **Ponto 4.**, interveio o Senhor **Deputado Paulo Pisco (PS)** para indicar que o Parecer acerca do Relatório em apreço ficaria a cargo da Senhora Deputada Lara Martinho (PS).

No **Ponto 5.**, foi lido o projeto de Ata n.º 112. Submetido a votação foi o mesmo aprovado por unanimidade, tendo-se registado a ausência dos Deputados do BE e CDS/PP.

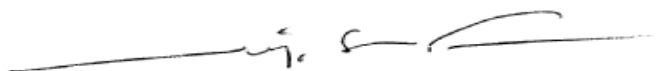
Finalmente, no **Ponto 6.**, ficou unanimemente assente que a próxima sessão da Comissão viesse a ter lugar a 24 de abril, pelas 16 horas (registou-se a ausência de Deputados do BE e do CDS/PP).

Pelo que, nada mais havendo a tratar, o **Senhor Presidente da Comissão** declarou encerrada a reunião pelas dezoito horas e cinco minutos.

A presente reunião possui registo áudio reservado e consultável através de solicitação própria.

Palácio de S. Bento, 17 de abril de 2018

O Presidente da Comissão,



(Sérgio Sousa Pinto)

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Carlos Alberto Gonçalves
Carlos Páscoa Gonçalves
Gabriela Canavilhas
Joana Lima
João Gonçalves Pereira
José Cesário
Maria Manuel Rola
Nuno Magalhães
Paulo Neves
Paulo Pisco
Sérgio Sousa Pinto
Carla Cruz
Carla Sousa
Luís Vilhena

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Ângela Guerra
Ascenso Simões
João Oliveira
Paula Teixeira da Cruz
Ricardo Baptista Leite
Rui Silva
Sérgio Azevedo

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Isabel Santos
Jamila Madeira
Lara Martinho
Pedro Filipe Soares
Porfírio Silva

A presente Ata foi aprovada em reunião da Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas, realizada no dia 12/06/2018.